



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ACTA N.º 22/XI/1.ª**

Aos nove dias do mês de Março de dois mil e dez, pelas quinze horas, reuniu, na Sala 5 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

**15:00 Horas**

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Apreciação e votação de pareceres sobre iniciativas europeias:**
  - **Iniciativa de um Grupo de Estados-Membros para uma Directiva do PE e do Conselho relativa aos direitos à interpretação e à tradução no âmbito do processo penal - Iniciativa PE-CONS 1/10 - Relatora: Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes (PS);**
  - **Iniciativa de um Grupo de Estados-Membros tendo em vista a adopção de uma Directiva do PE e do Conselho relativa à decisão europeia de protecção – Iniciativa PE-CONS 2/10 - Relator: Deputado Jorge Bacelar Gouveia (PSD);**
- 3. Outros assuntos.**

**15:30 Horas**

**Reunião com Director do Serviço de Informações de Segurança (SIS) sobre violência urbana e avaliação e monitorização dos riscos associados ao terrorismo;**

**17:30 Horas**

**Audição da Secretária de Estado para a Igualdade sobre discriminação em função do sexo pela empresa TAP/Discriminação das mulheres (Requerimento do GP do PCP).**

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

Aberta a reunião pelo Presidente da Comissão, Senhor Deputado Osvaldo de Castro, e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, passou-se ao segundo ponto da ordem de trabalhos.

A Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS) fez uma breve apresentação do seu relatório sobre a *Iniciativa de um Grupo de Estados-Membros para uma Directiva do PE e do Conselho relativa aos direitos à interpretação e à tradução no âmbito do processo penal - Iniciativa PE-CONS 1/10*, tendo explicado que a iniciativa tinha como antecedente a Proposta de Decisão-Quadro do Conselho relativa ao direito de beneficiar de serviços de interpretação e de tradução no âmbito dos processos penais - COM/2009/338 FIN - que, acompanhada de dois documentos de trabalho {SEC (2009) 915 e SEC (2009) 916} (todos então apenas disponíveis



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

em língua inglesa), foi objecto de apreciação na Comissão, no âmbito de um teste de subsidiariedade, no contexto da COSAC. Explicou que, em consequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, e para permitir a continuação do trabalho já desenvolvido na matéria, a proposta de Decisão-Quadro tivera de ser transformada em proposta de Directiva, que, atenta a impossibilidade de a nova Comissão (até 1 de Fevereiro último) apresentar propostas, fora subscrita por um grupo de Estados-Membros.

Acrescentou que a iniciativa, desta feita sob a vigência do Tratado de Lisboa, seria um instrumento a adoptar pelo Parlamento e pelo Conselho ao abrigo do procedimento legislativo ordinário (sucendo ao processo de co-decisão). O parecer – no sentido de que a iniciativa não viola o princípio da subsidiariedade – foi então aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida, o Senhor Deputado Jorge Bacelar Gouveia (PS) fez a apresentação do seu relatório sobre a iniciativa PE-CONS 2/10 *“Iniciativa de um Grupo de Estados-Membros tendo em vista a adopção de uma Directiva do PE e do Conselho relativa à decisão europeia de protecção”*, tendo explicado tratar-se de uma iniciativa subscrita, entre outros Estados-membros, pela República Portuguesa, visando assegurar que a protecção oferecida por um Estado-Membro a uma vítima de crime seja mantida e continuada em qualquer outro Estado-Membro para o qual a pessoa se desloque ou se tenha deslocado.

Concluiu apresentando o seu parecer no sentido de que a iniciativa não viola os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, o que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No último ponto da ordem de trabalhos, foi distribuída a iniciativa COM(2010)61 – *Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 2007/2004 do Conselho que cria uma Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX)*, da qual, juntamente com os documentos que lhe estão associados SEC(2010)149 - *Commission Staff Working Document: Impact Assessment accompanying the proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council amending Council Regulation (EC) No 2007/2004*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

*establishing a European Agency for the Management of Operational Cooperation at the External Borders of the Member States of the European Union (FRONTEX) e SEC(2010)150 - Commission Staff Working Document: Executive Summary of the Impact Assessment accompanying the Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council amending Council Regulation (EC) No 2007/2004 establishing a European Agency for the Management of Operational Cooperation at the External Borders of the Member States of the European Union (FRONTEX), foi nomeado Relator o Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP), para envio de parecer à Comissão de Assuntos Europeus até ao dia 19 de Abril de 2010.*

O Senhor Presidente deu ainda conta da recepção do Relatório de 2009 do Conselho de Fiscalização da Base de dados de Perfis de ADN, que foi distribuído a todos os Deputados da Comissão.

Entre as quinze horas e trinta minutos e as dezassete horas realizou-se a reunião com o senhor Director do Serviço de Informações de Segurança (SIS), Dr. Antero Luís, sobre violência urbana e avaliação e monitorização dos riscos associados ao terrorismo.

A reunião decorreu à porta fechada e o seu carácter reservado (nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da Lei Quadro do sistema de Informações da República Portuguesa) impede que se transcrevam em acta o teor das interpelações efectuadas e dos esclarecimentos prestados.

Às 17:30 horas, teve início a audição da Senhora Secretária de Estado para a Igualdade sobre discriminação em função do sexo pela empresa TAP, a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, em particular sobre a falta de atribuição de prémios de assiduidade a trabalhadoras da empresa em função do gozo de licença por maternidade.

Intervieram os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), para uma intervenção inicial sobre o objecto do requerimento, e, subsequentemente a uma primeira intervenção da Senhora Secretária de Estado para a Igualdade, os Senhores Deputados Teresa Morais (PSD), Catarina Marcelino (PS), Helena Pinto (BE), Nuno Magalhães (CDS/PP) e Maria Manuela Augusto (PS),



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

que colocaram questões e formularam comentários sobre o tema do requerimento e, em geral, sobre políticas do Governo em relação à discriminação de mulheres.

A audição foi gravada em áudio, estando disponível na página da Comissão na Internet, devendo, depois de transcrita, ser anexada à presente acta, dela passando a fazer parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 19 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(Osvaldo de Castro)**

**Nota: Aprovada em 14-04-2010**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
António Gameiro  
Celeste Correia  
Fernando Negrão  
Filipe Lobo D' Ávila  
Filipe Neto Brandão  
Guilherme Silva  
Helena Pinto  
Hugo Velosa  
Jorge Bacelar Gouveia  
Luís Montenegro  
Luís Pita Ameixa  
Maria Manuela Augusto  
Miguel Vale Almeida  
Nuno Magalhães  
Osvaldo de Castro  
Ricardo Rodrigues  
Teresa Morais  
Ana Catarina Mendonça Mendes  
Catarina Marcelino  
Correia de Jesus  
Luís Campos Ferreira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Peixoto  
Isabel Oneto  
Maria do Rosário Carneiro  
Miguel Macedo